

Programa de trabalho da Secção NAT 2023-2025

I. Contexto

- As **crises mundiais múltiplas e interligadas** que enfrentamos — os efeitos da pandemia de COVID-19, as crises climática e em matéria de biodiversidade (que também afetam os nossos sistemas de produção alimentar), a crise do custo de vida e as consequências dos conflitos na Ucrânia e noutras partes do mundo — continuarão a refletir-se no trabalho da Secção NAT durante o mandato de 2023 a 2025. Em particular, a Secção NAT terá de continuar a refletir sobre o pós-guerra na Ucrânia nos vários domínios de competência pertinentes da secção.
- O **setor agrícola e agroalimentar europeu** envidou esforços consideráveis durante a pandemia, tendo conseguido manter sempre um nível de aprovisionamento que permitiu responder às necessidades da população. Mesmo durante estes meses marcados pela crise energética e por perturbações do aprovisionamento causadas, em grande parte, pela invasão da Ucrânia, o setor continua a dar resposta. Na segunda metade do mandato, a Secção NAT deve continuar a trabalhar com vista ao reforço do sistema agroalimentar, tendo em conta todos os intervenientes na cadeia agroalimentar, para que o sistema continue a funcionar eficazmente, consolidando o seu papel estratégico e assegurando a sua competitividade sustentável¹ no contexto de múltiplas crises.
- A **Secção NAT deve apoiar-se nos alicerces** estabelecidos nos últimos anos, manter a «linha vermelha» e promover estratégias de longo prazo baseadas na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e nos objetivos de neutralidade climática estabelecidos no Pacto Ecológico Europeu.
- A **eleição do Parlamento Europeu e a renovação da Comissão** em 2024 constituirão a oportunidade não só de responder às consultas, mas também de definir a agenda para o futuro.
- No âmbito dos seus trabalhos, a **Secção NAT continuará a desenvolver processos e abordagens estruturadas**, com vista a reforçar o seu impacto nos processos de elaboração de políticas, em estreita coordenação com os seus órgãos e estruturas (Observatório do Desenvolvimento Sustentável, Grupo de Estudo Temático para Sistemas Alimentares Sustentáveis, Grupo Eventual para a Conferência das Partes (COP), Plataforma Europeia das Partes Interessadas para a Economia Circular) e com as outras secções do CESE/CCMI.

¹

«[P]ara que uma política alimentar europeia abrangente seja verdadeiramente pertinente para os consumidores europeus, é essencial que os alimentos produzidos de forma sustentável na UE sejam competitivos. Tal pressupõe que o setor agroalimentar europeu seja capaz de proporcionar alimentos aos consumidores a preços que incluem custos suplementares para critérios como a sustentabilidade, o bem-estar animal, a segurança alimentar e a nutrição, mas também um retorno justo para os agricultores e, ao mesmo tempo, manter a sua posição como a opção preferida para a grande maioria dos consumidores.» Parecer – Contributo da sociedade civil para o desenvolvimento de uma política alimentar global na UE, ponto 5.8, [JOC 129 de 11.4.2018, p. 18.](#)

II. Princípios transversais e métodos de trabalho

- É essencial **promover a participação estruturada da sociedade civil** na conceção, execução e acompanhamento das diferentes políticas. A Secção NAT continuará a defender e a desenvolver propostas e iniciativas para promover uma abordagem mais participativa, consolidando as iniciativas existentes (como a Plataforma da Economia Circular e o Pacto Rural) e promovendo novas iniciativas (como um conselho europeu de política alimentar e um espaço para a participação das partes interessadas na execução dos ODS). Os grupos sub-representados (como as comunidades indígenas) também terão uma maior participação.
- **Reforçar a participação dos jovens:** há já alguns anos que o CESE tenta encontrar a melhor forma de integrar a voz dos jovens no seu trabalho e no processo de decisão da UE, de maneira estruturada e significativa. A Secção NAT foi pioneira nestes esforços e continuará empenhada em amplificar as vozes dos jovens e das organizações de juventude no que respeita ao clima e à sustentabilidade através dos seguintes projetos: [Mesas-redondas da juventude para o clima e a sustentabilidade](#), [Delegado da juventude do CESE na Conferências das Partes \(COP\)](#) e [Plataforma Europeia das Partes Interessadas na Economia Circular](#).
- **Integração da sustentabilidade, da circularidade, da verificação rural e da avaliação da perspetiva dos jovens pela UE nas prioridades da secção:** todas as atividades da Secção NAT devem contribuir para a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), devendo a relação com os ODS ser explicitada sempre que possível. Para que a economia circular se transforme numa «sociedade circular», os princípios da circularidade devem também ser integrados em todo o trabalho político da Secção NAT, por exemplo, nos sistemas alimentares sustentáveis, na biodiversidade e nas zonas rurais. A Secção NAT procurará avaliar o impacto previsto das novas iniciativas legislativas para as zonas rurais («verificação rural»²), aplicando o princípio de «não deixar ninguém para trás», e destacar o potencial das zonas rurais para a consecução dos ODS em todos os pareceres das secções. A Secção NAT contribuirá igualmente para o compromisso do CESE de aplicar eficazmente [a avaliação da perspetiva dos jovens pela UE](#) e a [resolução sobre o impacto duradouro do Ano Europeu da Juventude](#), com base nos resultados do próximo estudo sobre [a participação estruturada dos jovens no rescaldo do Ano Europeu da Juventude 2022](#).
- **Promover os conhecimentos, as competências e a educação sobre a sustentabilidade para toda a população, desde tenra idade, nos vários domínios de intervenção.** No seguimento do trabalho anterior da Secção NAT, é importante desenvolver um pensamento crítico e conhecimentos sobre os ODS – e, mais especificamente, sobre a agricultura e a alimentação sustentável – em especial entre os jovens, criar fóruns de debate (por exemplo, sobre agricultura, sistemas alimentares, a economia circular, etc.) e destacar oportunidades de carreira nestes setores.

²

Consultar a [visão a longo prazo da UE para as zonas rurais](#) — nas zonas rurais vive quase 30% da população da UE.

- **Adotar uma abordagem baseada nos direitos fundamentais em todos os domínios de trabalho da Secção NAT**, incluindo, por exemplo, o direito a uma alimentação sustentável e saudável, a ambientes saudáveis, etc., integrados numa economia do bem-estar.
- **Aplicar uma abordagem prospetiva** nos pareceres da Secção NAT e nas diferentes iniciativas para garantir que as nossas recomendações serão benéficas a longo prazo e contribuirão para a criação de uma autonomia estratégica aberta e para a sustentabilidade na UE, em especial no setor agroalimentar.
- **Assegurar uma estreita cooperação com outras secções/órgãos do CESE** em todos os domínios de intervenção relacionados com a Secção NAT. Só eliminando as compartimentações e trabalhando em conjunto poderemos encontrar soluções sistémicas para os complexos desafios que temos pela frente.
- **Reforçar o seguimento dos pareceres e a comunicação** através de abordagens estratégicas para obter um maior impacto.
- **Fomentar o espírito de equipa entre os membros da Secção NAT e o secretariado** através da cocriação e conceção conjunta: temos papéis diferentes e podemos utilizar os nossos pontos fortes individuais para obter melhores resultados. O secretariado pode apoiar e equipar os membros para que desempenhem a função consultiva do CESE, mas também para que se tornem «narradores» do que se passa no terreno.
- **«Passar das palavras aos atos» — liderar pelo exemplo em matéria de métodos de trabalho sustentáveis e inclusivos** através de uma cooperação contínua com o Sistema de Ecogestão e Auditoria (EMAS) (sem plástico, redução do desperdício alimentar, mobilidade não motorizada, aprovisionamento sustentável, neutralidade climática, etc.), otimizando a utilização de ferramentas digitais, webinários, etc., e tornando os eventos mais inclusivos (equilíbrio de género, participação dos jovens, ir além da «bolha de Bruxelas», incluindo, por exemplo, as comunidades locais, os povos indígenas, etc.).

III. Prioridade global

A prioridade global basear-se-á no mandato anterior e centrar-se-á nos seguintes aspetos:

«Promover a mudança sistémica e a economia do bem-estar de que precisamos para aplicar com êxito o Pacto Ecológico e Social Europeu e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável rumo a uma transição justa. Tal contribuirá, nomeadamente, para a emergência de sistemas agroalimentares mais sustentáveis e mais justos e de zonas rurais prósperas, respeitando simultaneamente os limites do planeta»

Num contexto de múltiplas crises, os ODS continuam a ser a nossa bússola, a única visão universal de paz, prosperidade socioeconómica e sustentabilidade ambiental de que dispomos. A não aplicação dos princípios dos ODS em matéria de inclusão social, energia limpa, acesso universal aos serviços públicos e consumo e produção responsáveis provocará ainda mais crises e rivalidades geopolíticas. A não concretização dos ODS será também prejudicial para as empresas e para a competitividade futura.

Espera-se que os objetivos de neutralidade climática e de transição justa continuem a ocupar um lugar de destaque na agenda das instituições nos próximos anos. Em todo o caso, **o desenvolvimento da dimensão social da transição ecológica, respeitando simultaneamente os limites do planeta, será fundamental para alcançar uma economia do bem-estar, um sistema agroalimentar mais sustentável e mais justo e um desenvolvimento rural/urbano mais equilibrado.** A transição para a sustentabilidade só será bem-sucedida se assentar num amplo apoio, numa transição justa e na participação ativa de todos os setores da sociedade. Com um número crescente de intervenientes da sociedade civil e do meio académico a promover uma abordagem sistémica e transformadora que combine o bem-estar social e o desenvolvimento económico viável com o respeito pelos limites do planeta, o trabalho em curso da Secção NAT no sentido de uma economia do bem-estar «para além do crescimento» será mais pertinente do que nunca.

IV. Prioridades políticas

1. A Secção NAT procurará **acelerar a implementação dos ODS** no novo mandato, em estreita cooperação com o Observatório do Desenvolvimento Sustentável, prosseguindo os seus esforços para apelar a uma estratégia global da UE sobre os ODS, propondo um envolvimento mais estruturado dos intervenientes da sociedade civil (para o qual o CESE poderia oferecer um espaço de reunião) e promovendo a coerência das políticas. A Secção NAT continuará a elaborar pareceres e contributos conexos em coordenação com as outras secções do CESE/CCMI, conforme adequado, participará no Fórum Político de Alto Nível anual em Nova Iorque e cooperará com as principais partes interessadas e redes como a Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável (RSDS) e a Rede Europeia de Desenvolvimento Sustentável (REDS).
2. A **neutralidade climática** continua a estar no cerne do trabalho da Secção NAT, abordando ao mesmo tempo muitos outros aspetos das prioridades do CESE. A Secção NAT prosseguirá os trabalhos do Grupo Eventual para a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC), preparando a nossa participação nas conferências anuais das Nações Unidas sobre o clima, em estreita cooperação com a DG CLIMA e as organizações da sociedade civil, a fim de contribuir para a consecução da neutralidade climática na UE até 2050.
3. A **economia circular** continuará a ser uma prioridade transversal em estreita cooperação com a Secção INT e as DG ENV/DG RTD, bem como com a participação das outras secções e da CCMI, conforme adequado, a fim de integrar o vasto leque de dossiês dos trabalhos legislativos. Liderada pelo Grupo de Coordenação de 24 organizações da sociedade civil, a história de sucesso da Plataforma Europeia das Partes Interessadas para a Economia Circular continuará a impulsionar a execução do novo Plano de Ação para a Economia Circular, acelerando assim a transição para uma sociedade circular dentro e fora da Europa. No contexto deste domínio prioritário, a

Secção NAT prosseguirá e reforçará o seu trabalho sobre a bioeconomia, associando a alimentação e a agricultura à economia circular e participando no Fórum Europeu sobre Bioeconomia.

4. **Promover uma política alimentar abrangente – Rumo a uma política agrícola comum (PAC) e uma política comum das pescas (PCP) mais sustentáveis**

- A promoção de **sistemas alimentares mais sustentáveis e mais justos** continuará a ser uma das principais prioridades da Secção NAT, nomeadamente no contexto do futuro quadro para sistemas alimentares sustentáveis. Este quadro estabelecerá as bases para as mudanças sistémicas que todos os intervenientes no sistema alimentar terão de realizar. Proporcionará igualmente um quadro para a futura governação dos sistemas alimentares, que se espera possa incluir a criação de um Conselho Europeu de Política Alimentar. A secção centrar-se-á, em especial, na promoção de uma governação eficaz e inclusiva em prol do desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis e no fomento de uma autonomia estratégica aberta para uma alimentação sustentável. O CESE já propôs que todos os futuros acordos comerciais da UE incorporem a Estratégia do Prado ao Prato e a Estratégia de Biodiversidade, do Pacto Ecológico, enquanto normas mundiais em matéria de sustentabilidade. A UE é pioneira em matéria de sustentabilidade e qualidade dos alimentos e deve assegurar uma **verdadeira reciprocidade das normas nos acordos comerciais**, nomeadamente no que diz respeito ao bem-estar, à sustentabilidade, à transparência e à rastreabilidade do prado ao prato. Trata-se de uma necessidade num contexto global cada vez mais competitivo e aberto. É igualmente importante analisar as relações com os países vizinhos.
- **Uma agricultura mais sustentável e mais justa:** a Secção NAT continuará a apoiar a aplicação da Estratégia do Prado ao Prato, prestando apoio e proporcionando instrumentos concretos aos agricultores e trabalhadores agrícolas da UE (por exemplo, através de políticas de promoção, regimes de certificação da qualidade, rotulagem de origem, proibição de práticas comerciais desleais, apoio a regimes de produção e distribuição locais, etc.), criando fontes de receitas económicas alternativas nas zonas rurais (por exemplo, através das energias renováveis), fomentando a renovação geracional, promovendo o seu trabalho prévio sobre a estratégia para as proteínas e propondo com bastante antecedência à nova Comissão recomendações relacionadas com a próxima revisão da política agrícola comum (PAC), concretamente através de um parecer de iniciativa.
 - A PAC tem sido fundamental para a integração europeia, mas devemos esforçar-nos por melhorá-la para responder às necessidades económicas, sociais e ambientais. Um sistema agroalimentar preparado para o futuro deve garantir a viabilidade das explorações agrícolas e da indústria agroalimentar, em especial da agricultura familiar e das pequenas e médias empresas.
 - A Secção NAT promoverá igualmente a transparência ao longo de toda a cadeia de comercialização. A existência de regras claras em matéria de rotulagem para os consumidores, as indicações de origem IGP e DOP e o controlo dos processos

especulativos que afetam os consumidores e os produtores contribuirão para evitar distorções do mercado e prejuízos para toda a cadeia.

- **Pesca sustentável** (incluindo a **aquicultura**): a Secção NAT desenvolverá uma visão abrangente que promova uma transição justa para o setor, fomentando simultaneamente a descarbonização, protegendo a biodiversidade, destacando os aspetos nutricionais associados a regimes alimentares saudáveis e promovendo oportunidades para as zonas rurais. A aplicação dessa visão poderia então ser adaptada às especificidades locais e nacionais.

5. **Restaurar e preservar o capital natural – Um planeta saudável para pessoas saudáveis**

- **Biodiversidade:** o Quadro Mundial de Kunming-Montreal para a Biodiversidade adotado em 2022 constituiu uma conquista histórica na luta contra a perda de biodiversidade. No entanto, é necessário fazer muito mais para proteger e restaurar os ecossistemas naturais de que dependem os seres humanos e a maioria das suas atividades económicas (por exemplo, dos grandes carnívoros). Em especial, os seres humanos devem repensar a sua relação com a natureza, sendo necessária uma mudança de narrativa. A Secção NAT redobrará os seus esforços no novo mandato para garantir uma abordagem mais estruturada da proteção da biodiversidade e aumentar as sinergias entre os processos da COP em matéria de clima e biodiversidade.
- **Proteção do ambiente (ar, água, solo):** a Secção NAT continuará a integrar a proteção do ambiente e os regimes de responsabilidade alargada dos produtores em todas as políticas da UE. Este aspeto continua a ser crucial para prevenir e reparar a poluição do ar, da água, do solo e dos produtos de consumo. Em particular, a Secção NAT contribuirá também para os trabalhos em curso do CESE para promover uma abordagem mais estratégica da água através de um Pacto Azul da UE. As ligações entre a proteção do ambiente, uma economia circular e do bem-estar e a saúde dos cidadãos serão reforçadas.
- **Uma abordagem baseada nos direitos das pessoas e da natureza** — o direito a um ambiente saudável e a aplicação, assim como a melhoria contínua, do acervo ambiental: dado que os direitos humanos e o ambiente são interdependentes, é necessário um ambiente limpo, saudável e sustentável para o pleno exercício dos direitos humanos fundamentais, como os direitos à vida, à saúde, à alimentação, à água e ao saneamento e ao desenvolvimento, entre outros. Neste contexto, agir em prol de uma União Europeia em que os direitos ambientais sejam efetivamente aplicados e continuamente melhorados é a via mais eficaz a seguir. A Secção NAT apoiar-se-á no trabalho realizado nos últimos anos para continuar a desenvolver uma abordagem baseada nos direitos das pessoas e da natureza.

6. **Para um desenvolvimento rural/urbano sustentável – aplicação de uma estratégia holística**

- **Continuar a contribuir para o processo de facilitação do Pacto Rural a nível político.** A participação do público é essencial para garantir um desenvolvimento rural/urbano sustentável: a Europa deve escutar o mundo rural e as suas comunidades, o que vai além do setor agrícola. As atividades específicas da Secção NAT podem implicar, por exemplo, uma maior participação na conceção conjunta do Pacto Rural e na organização da conferência bianual sobre o Pacto Rural; a participação dos membros do CESE a nível nacional para promover compromissos (agir a nível local); a promoção e aplicação do Pacto Rural através de reuniões internas das secções do CESE/CCMI e dos observatórios, por exemplo, sobre mobilidade rural, transição digital, etc., ou através da organização de reuniões ad hoc; a eventual criação de um prémio do CESE para a sociedade civil ou a organização de um evento «A tua Europa, a tua voz» sobre as zonas rurais.
- **Continuar a desenvolver uma estratégia holística**, reforçar a cooperação com outros órgãos e secções (por exemplo, as secções ECO e SOC), com vista a promover uma abordagem mais estruturada no Comité e também com as partes interessadas externas e outras instituições (Comité das Regiões Europeu, Comissão Europeia, Parlamento Europeu). O desenvolvimento das zonas rurais e urbanas europeias não é uniforme. É fundamental promover políticas que reduzam esta tendência, assegurem uma transição justa e sustentável para uma economia do bem-estar em todas as regiões e promovam o reequilíbrio da população.

V. **A Secção NAT e seus órgãos — uma arquitetura comum**

As competências da Secção NAT abrangem os seguintes domínios: sistemas alimentares sustentáveis, agricultura, pescas, proteção do ambiente e biodiversidade, silvicultura, desenvolvimento rural e urbano, desenvolvimento sustentável, política climática e ação climática, economia circular — tal como figuram na decisão da Mesa do CESE sobre a racionalização das estruturas e dos órgãos de trabalho do Comité.

A Secção NAT inclui três outros organismos: Observatório do Desenvolvimento Sustentável, Grupo de Estudo Temático para Sistemas Alimentares Sustentáveis e Grupo Eventual para a COP na CQNUAC. Além disso, as Secções NAT e INT asseguram o secretariado da Plataforma Europeia das Partes Interessadas na Economia Circular gerida conjuntamente pelo CESE e pela Comissão Europeia. O trabalho destes órgãos será articulado com o trabalho principal da Secção NAT para promover sinergias, assegurar a coerência e maximizar o impacto.

